

GESTÃO DEMOCRÁTICA UNIVERSITÁRIA: UM PANORAMA DA AMÉRICA CENTRAL

Fernando Ferreira Souza^{1*}, Daniel Calbino Pinheiro² e Sumalha Sanemilia Corrêa³

¹ *Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Discente do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED, Diamantina, Minas Gerais, Brasil, CEP: 39100.000.*

² *Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, Docente do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED. Sete Lagoas, Minas Gerais, Brasil, CEP: 35.701-970.*

³ *Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Discente do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED, Diamantina, Minas Gerais, Brasil, CEP: 39100.000.*

As últimas décadas foram marcadas por interferências da lógica de mercado e intervenções estatais que limitaram a democracia nas universidades. Nesse contexto, o objetivo do artigo é compreender de que forma as legislações de países da América Central têm impactado a gestão democrática das universidades. Em termos metodológicos foi realizado um estudo qualitativo de multi-casos e comparativo em 09 países a partir do levantamento de documentos e literatura. A coleta de dados, entre os meses de Outubro e Novembro de 2024, utilizou-se de acesso nas legislações no Sistema de Informação de Tendências Educacionais na América Latina (SITEAL), disponível publicamente no observatório regional da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e a Cultura (UNESCO). A Partir de então foi realizado filtragem para os casos que demonstraram particularidades. Foram selecionados 05 países: Cuba, El Salvador, México, Nicaragua e República Dominicana. Após a leitura e fichamento das informações, a pesquisa será complementada com uma revisão bibliográfica sobre os temas de gestão de democrática, neoliberalismo e autonomia universitária em cada um dos países investigados. Os resultados da pesquisa poderão demonstrar como ocorrem as eleições de reitores e a composição dos órgão colegiados nas universidades públicas dos países selecionados. Em análise preliminar, os dados estão revelando que em Cuba as universidades não têm autonomia para realizar eleições diretas de seus reitores e devem seguir as diretrizes do Partido Comunista. Em El Salvador, os reitores são eleitos através de voto direto por um Colégio Eleitoral Universitário. Esse Colégio é composto por representantes de três setores: docentes, estudantes e empregados. Cada setor possui uma ponderação de votos, garantindo que os três grupos tenham voz no processo, porém essa mesma representação não ocorre nos órgãos colegiados máximos. No México, a lei confere autonomia a cada universidade de modo individualizado. Nesse país chama a atenção que na Universidade Nacional do México o

presidente da república envia a lista de nomes para que o conselho escolha um nome, ou seja, processo inverso ao do Brasil. Na Nicarágua, em geral, as universidades públicas seguem um modelo democrático para a escolha de seus reitores, que inclui a participação de docentes, estudantes e pessoal administrativo. No entanto, a representação dos estudantes se dá por meio dos presidentes de associações e os dos técnicos por meio dos secretários dos sindicatos de classe. Na República Dominicana, com relação a composição dos órgãos colegiados, os estudantes possuem 33% e técnicos administrativos somente 2% de representação. No entanto, quando se é para eleger os reitores, ocorre uma drástica redução. Os estudantes possuem somente 5% e os técnicos somente 1% em relação aos professores. Os achados deste estudo poderão oferecer elementos importantes para a discussão sobre como fortalecer a democracia e a autonomia nas universidades públicas federais, especialmente no contexto brasileiro, que tem sido marcado por sucessivas intervenções externas e limitações à sua governança. A análise das experiências internacionais pode servir como um guia para a implementação de práticas mais democráticas e autônomas, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais livre e participativo.

Palavras-chave: Participação; Conselhos Colegiados; Democracia Universitária.

Possíveis Referências

ABERBACH, J. D.; CHRISTENSEN, T. Academic autonomy and freedom under pressure: severely limited, or alive and kicking? **Public Organization Review**, v. 18, n. 4, p. 487-506, 2018.

AMARAL, A.; TAVARES, O.; SANTOS, C.. Higher education reform in Portugal: A historical and comparative perspective of the new legal framework for public universities. **Higher Education Policy**, v. 26, p. 5-24, 2013.

ARREDONDO, D. M. Los modelos clásicos de universidad pública. Odiseo **Revista Electrónica de Pedagogía**, v.8, n.16, 2011.

ATAIRO, D.; LUQUES, A.. Debates en torno al gobierno de y en las instituciones universitarias: un análisis de los documentos producidos para la III Conferencia Mundial de Educación

Superior 2023. InterCambios. Dilemas y transiciones de la Educación Superior, v10, n.1, p.29-37, 2023.

BIANCHETTI, L; SGUISSARDI, V. **Da universidade à commoditycidade**: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2017.

BORDENAVE, J.. **O Que é Participação**. 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v.3, n.2, p.77-101, 2006.

BRYMAN, A. Effective leadership in higher education: A literature review. **Studies in Higher Education**, v.32, n6, p.693–710, 2007.

BURNES; Bernard; WEND, Petra; TODNEM, Rune. The changing face of English universities: reinventing collegiality for the twenty-first century. **Studies in Higher Education**, v.39, n.6, p. 905-926 2014.

CESPEDES, Jency; GUTIERREZ, Walter. Autonomia universitária e liberdade de cátedra em tempos de câmbio. **Inovações Educativas**, San José, v. 22, n. 32, pág. 151-169, junho de 2020.

FÁVERO, M. **Universidade e Poder**: Análise Crítica/Fundamentos Históricos (1930-45).2. ed. Brasília: Plano, 2000.

FRANÇA, Willian. Lei altera processo de escolha de reitores. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/22/cotidiano/20.html>. Acesso em 05 nov. 2024.

FREIRE, P. **A sombra dessa mangueira**. São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

FREIRE, P. **Cartas a Cristina**: Reflexões sobre minha vida e minha práxis. São Paulo: Paz e Terra, 2020c.

FREIRE, P. **Educação como prática para a liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2020b.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

KNIGHT, P.T, TROWLER, P. Department-level cultures and the improvement of learning and teaching. **Studies in Higher Education**, v.25, n1, p. 69–83, 2000.

LARRAURI, Jon et al. The sign of the new millennium. Organisational changes and job satisfaction at Spanish public universities. **European Journal of Education**, v. 54, n. 1, p. 137-150, 2019.

GARCIA,J; PIÑA; LIBIEN, H.; MALDONADO, A.. La universidad pública: autonomía y democracia Convergencia. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 16, n.51, p. 301- 321, 2009.

ORDOÑEZ, L; SALAZAR, B. La autonomia universitária y la reforma a la educacion superior. **Tendencias**, v.14, n.1, p.160-186, 2013.

ORTIZ, E. Origen de las universidades más antiguas del Perú. **Revista História de La Educacion Latinoamericana**, v.8, p.35-48, 2006.

SILVA, Thaís; CRUBELLATE, João. Efeitos do modelo de financiamento na autonomia das universidades públicas: análise sob o enfoque institucional. **READ**, v.28, n.1, p.33-63, 2022.

STAKE, Robert. Qualitative Case studies. In: Denzin, Norman; Lincoln, Yvonna. **Strategies of Qualitative Inquiry**. California, CA: Sage Publications, 2008, p. 119-150.